

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 13716

Data 06 / 06 / 2008

() Compra (x) Doação () Permuta

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

VALMIR JOSE DOS SANTOS

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO GRITO DO IPIRANGA DE 2006

Monografia de conclusão de curso,
apresentada ao Departamento de Letras
da Universidade do Estado de Mato
Grosso, Campus Universitário de Pontes
e Lacerda, como requisito parcial para
obtenção do título de graduado em
Letras. Orientadora: Profª. Drª. Eliana de
Almeida.

Pontes e Lacerda - MT
2007/2

82'42
S237X
ex.01
C9256 8947

(୧୭୪୫୦୦ ପ୍ରାୟାଗପୁରୀରୁ ଶ୍ରୀ ସୁବର୍ଣ୍ଣପୁର)

ଅଳକା ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

କୃଷ୍ଣ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ ଶ୍ରୀ

Agradeço ao corpo docente da Unemat, Campus Universitário de Pontes e Lacerda, a paciência e a compreensão que tiveram comigo no transcorrer do curso de letras, aos colegas de curso que compartilharam comigo este caminho árduo, mas prazeroso, na busca por conhecimentos. E em especial agradeço a professora Eliete Macário da escola estadual 06 de agosto por me incentivar a ingressar na faculdade. E principalmente a meus pais e a Deus, pois sem eles nada seríamos ou conseguiríamos realizar.

RESUMO:

Esta pesquisa investiga os efeitos de sentidos do movimento instaurado pelos empresários do agronegócio brasileiro em 2006, denominado Grito do Ipiranga. E ancorado na Análise de Discurso articulada com a Semântica Histórica do Acontecimento, tenta compreender a relação de sentidos entre o movimento atual e Grito de D. Pedro I, às margens do riacho do Ipiranga em setembro de 1822. Aparentemente a manifestação atual é uma retomada histórica do famoso 7 de Setembro de 1882, mas sob o prisma da análise de discurso tal movimento se constitui numa retomada de sentidos de independência para determinada classe social no Brasil. De forma que a repetição do enunciado, tem como objetivo a preservação dos sentidos de independência postos pelo brado do príncipe regente em 1822. e a questão da nomeação desse movimento, com um fato histórico já dado, revela como os discursos fundadores no Brasil circulam e ainda vão circular por tempo indeterminado.

Palavras chaves: repetição, enunciação, grito do Ipiranga, Análise de Discurso, sentidos, nomeação.

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO.....	07
I. RELAÇÃO HISTÓRIA / DISCURSO.....	09
II. ANÁLISE DOS FATOS.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXOS.....	34

Introdução.

No mês de abril de 2006, em Ipiranga do Norte, pequeno município do norte de Mato Grosso, foi deflagrado por empresários do agro-negócio no Brasil, juntamente com entidades de classe que representam seus interesses frente à sociedade, uma manifestação com o intuito de cobrar do governo federal mudanças em sua política econômica.

Dentre as principais reivindicações dos produtores envolvidos nesta manifestação destacam –se as seguintes: desvalorização do real, moeda corrente brasileira, frente ao dólar norte americano, redução no preço do óleo diesel, renegociação de suas dívidas bancárias, garantia de preços mínimos e ampliação de linhas de crédito rural.

O fato que despertou o meu interesse e motivou-me a desenvolver esta pesquisa diz respeito a sua nomeação como *Grito do Ipiranga*, que retoma um acontecimento decisivo para a constituição do sentido de independência para o povo brasileiro. Baseando-me na teoria da Análise de Discurso (Orlandi, Pêcheux), articulada com a Semântica do Acontecimento proposta por Eduardo Guimarães, tentarei evidenciar como se dá o processo de nomeação de tal movimento.

O objetivo deste trabalho consiste em perceber como os sentidos colocados pela enunciação *Independência ou Morte!* repetem-se no atual movimento, sustentando a Independência econômica, social e política dos grandes proprietários de terras radicados no Brasil.

Relação História / Discurso.

Guimarães no artigo *Independência e Morte*, da obra *Discurso Fundador* organizado por Orlandi (2000) analisa, na ótica da semântica histórica da enunciação, o famoso enunciado brasileiro *Independência ou Morte!*.

Neste artigo, Guimarães desenvolve uma abordagem teórico-enunciativa do enunciado *Independência ou Morte!* com o objetivo de assimilar os efeitos de sentido colocados por este enunciado e o funcionamento dos nomes que constituem o famoso *Grito do Ipiranga*. Com o objetivo de demarcar sua posição sobre os conceitos de enunciação e de sentido, Guimarães revisita algumas definições sobre estes temas.

No primeiro momento o autor toma definições das semânticas formais que afirmam que o sentido é uma relação com o mundo, os objetos, em que o sujeito não conta, "em oposição à teoria das semânticas da enunciação" que consideram o sentido, como função da situação, onde o sujeito, como locutor, é o parâmetro organizador, sendo ao mesmo tempo, fonte, origem do sentido."E ainda," os trabalhos realizados na teoria dos atos de fala a partir de Austin (1962); do tratamento do sentido como intenção do falante que desemboca numa lógica da conversação a partir de Grice (1957, 1967) e de Benveniste (1966, 1974).

Na sequência do trabalho o autor apresenta sua definição para a enunciação:

Para nós, a enunciação é histórica, portanto não se reduz a um evento em uma situação, e não se reduz tampouco a um ato do sujeito, ou de falar com alguém, ou de apropriar-se da língua. Podemos defini-la como um acontecimento, tal como o fez Ducrot (1984). Mas também não podemos nos limitar a definição de Ducrot, já que ela trata a enunciação como histórica no sentido de que o histórico é o que se dá no tempo. Por outro lado, a definição de Ducrot não guarda um traço importante da definição de Benveniste: a enunciação é uma relação com a língua. Queremos guardar para a enunciação ao mesmo tempo, o caráter de acontecimento e o de relação com a língua.

Em seguida o autor apresenta o conceito de interdiscurso como “a relação de um discurso com outros discursos,” e o aponta como o fator que dá a historicidade do sentido, pois a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação, são os efeitos de sentido, que dão historicidade à língua. “E assim o que de situação existe é o que ocupar uma posição de sujeito estabelece e recorta como situação. Este recorte já é sentido.”

A enunciação é um acontecimento de linguagem afetado pelo interdiscurso, que atua como espaço de memória no acontecimento. *É um acontecimento porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso.*

Do famoso enunciado *Independência ou Morte!*, qualificado em nossa história como “Grito do Ipiranga”, Guimarães destaca dois aspectos decisivos para a importância que a história tradicional lhe confere. Descrito como grito, o enunciado *Independência ou Morte!* expande-se para todo o território brasileiro e ainda perde a especificidade do tempo. A qualificação do enunciado *Independência ou Morte!*, como “grito do Ipiranga”, dissolve o tempo e o espaço de tal enunciado e o coloca na condição inaugural da nação brasileira.

Guimarães observa que a convocação de uma assembléia constituinte em junho de 1822, anterior a 7 de setembro de 1822, “por si só instalaria os limites formais de uma nação para a qual se elaboraria a constituição.” Mas este acontecimento enunciativo, e nem o seu enunciado instala a nação brasileira, pois sua convocação não resultou na construção de enunciados instauradores de textos constitucionais. Em consequência, ela não figura no imaginário de inauguração do Brasil.

Guimarães ao analisar o aspecto enunciativo da enunciação *Independência ou Morte!* destaca os seguintes pontos;

- a.O lugar do sujeito preenchido pela figura do imperador;
- b.Uma exclamação de caráter afirmativo;
- c. Uma relação de disjunção entre independência ou morte e
- d.Os acompanhantes de D.Pedro como seus alocutários.

Na progressão de sua análise, Guimarães desvenda a perspectiva enunciativa em que se deu o enunciado. Por entender que é decisiva a perspectiva enunciativa social de D. Pedro e seus acompanhantes para o sentido que a história oficial lhe atribui. E ainda, com o intuito de compreender a exclamação do Imperador. E como atribuir sentido à disjunção entre os nomes do enunciado?

A seguir ele recorre às páginas da história oficial e lembra a ineficácia da constituinte de junho de 1822, que foi convocada mas porém nada de concreto foi realizado. E chega assim, ao confronto político entre conservadores e liberais, entre proprietários portugueses e brasileiros, que se opunham ao retorno de D. Pedro a Portugal, o que faria com que o Brasil retornasse à condição de colônia. A convocação da constituinte e o enunciado *Independência ou Morte!*, representam "o gesto de negar o retorno do Príncipe a Portugal," daí Guimarães conclui assim, que a perspectiva enunciativa da constituinte e do *Grito do Ipiranga* é a mesma: os proprietários portugueses e brasileiros radicados no Brasil.

Ao certificar-se de que a perspectiva para a convocação da constituinte e do enunciado *independência ou Morte!*, é a mesma e, visto a ineficácia histórica da constituinte e o sucesso do grito do Ipiranga, "tem-se um efeito de sentido que significa a força do Imperador e não da constituinte, nem do povo."

O autor, ao estudar detalhadamente a afirmativa e a disjunção posta pelo enunciado *Independência ou Morte!*, conclui que o caráter universal de *Independência e Morte!*, é fundamental para a constituição de sentido de tal enunciado. E atesta que isto só é possível devido a esta enunciação ser uma exclamação, o enunciado funciona a partir da idéia de que todos sabem o que é independência e morte. nesta perspectiva enunciativa, "sabe-se que o que aí se disse tinha uma clara especificidade, que responde a perguntas tais como: de quem é a *independência* de que se fala; e de quem seria a *morte*?".

Com intuito de responder às questões propostas pelo enunciado, o autor relembra que a perspectiva enunciativa do *Grito do Ipiranga* é a dos proprietários portugueses e brasileiros estabelecidos no Brasil e propõe a seguinte reflexão: se o enunciado fosse *Independência e Morte*, a Independência poderia ser do povo, ou seja, *nós (representados do ponto de vista enunciativo)*, e morte aos portugueses o que representaria declaração de guerra. Como sabemos o enunciado, é *Independência ou Morte!*: Independência para nós representados do ponto de vista enunciativo, ou morte para nós, também representados do ponto de vista enunciativo. Portanto, este acontecimento enunciativo, devido a seu caráter afirmativo, é um compromisso de D. Pedro com os proprietários, no sentido de manter o Brasil fora do domínio português.

De acordo com o estudo de Guimarães o enunciado *Independência e Morte!* No qual a morte é de brasileiros, aliados da afirmação de D. Pedro, se deve ao lugar sócio- histórico por ele representado. Então, festejar a enunciação deste enunciado é celebrar a sobrevivência dos proprietários brasileiros e portugueses domiciliados no Brasil, em relação a Portugal.

Assim, o ideal de nossa Independência decifra como absoluto para todos os brasileiros o que era exclusivo para uma classe social. Até na base funcional da qualificação do nome comum. Nessa perspectiva o enunciado em questão, no qual a qualificação dos nomes comuns funcionam no imaginário da história do Brasil, remetendo a idéias gerais de *Independência e Morte*, entretanto, remetem a situações exclusivas representadas pelo próprio processo enunciativo (pelas relações interdiscursivas envolvidas), no qual o enunciado aconteceu e é traduzido. Conclui-se assim, que a independência brasileira foi antes de qualquer outra coisa, um ato realizado pelas elites da sociedade brasileira, preocupadas em manter seus privilégios. Foi, ao contrário do que relata a história, um movimento com interesses puramente econômicos, mais que um gesto de patriotismo.

Nos relatos históricos brasileiros, a nossa independência surge como num passe de mágica, como um gesto de amor e heroísmo do herdeiro do trono português. Na verdade o 7 de setembro de 1822, com o famoso *Grito do Ipiranga*, é parte de um processo de mudanças econômicas que teve origem na Europa na segunda metade do século XVIII. O marco dessa mudança teve início na Inglaterra. A revolução industrial extinguiu o capitalismo mercantil, sistema baseado nas trocas entre nações e, em consequência disso surgiu novo modelo econômico, o capitalismo industrial, que precisava do livre comércio, para comprar matéria prima e vender suas manufaturas a quem quisesse.

O mercantilismo foi um sistema que propiciou o surgimento do estado absolutista. Forma de governo em que o rei concentrava todo o poder;

A teoria do poder absoluto apresentava o rei como representante de Deus na Terra, Defensor de Deus e da Pátria, protetor das artes, legislador e representante do Estado, cujos interesses estavam acima dos interesses particulares (PILETTI, ARRUDA, 1998:160).

Portugal e Espanha resistiram ao fim do monopólio comercial com suas colônias. E também relutaram em mudar a forma de governo absolutista. A Inglaterra adotou o regime da monarquia parlamentar, ou seja, uma forma de governo liberal condizente com o sistema capitalista. A França após a revolução burguesa de 1789 aboliu o absolutismo, e abriu espaço para o capitalismo, para uma forma de governo liberal, com a garantia da propriedade privada pelo estado, direito de voto para os mais ricos e igualdade jurídica.

Após muitas lutas internas Napoleão Bonaparte se tornou o imperador burguês da França. Derrotou os países europeus absolutistas. Entretanto, seu maior adversário era a Inglaterra, país capitalista assim como a França. Como explicar essa contradição, "é que a Inglaterra não estava a fim de ver a burguesia vitoriosa francesa e fazendo concorrência pelo domínio dos mercados mundiais" (SCHMIDT, 1999:110).

Os ideais iluministas de governos democráticos, partilhados pelos dois países, não impediram a guerra entre as duas potências da Europa. Os interesses econômicos falaram mais alto. Napoleão decretou o bloqueio continental, que consistia no fechamento dos portos europeus à Inglaterra em 1806, com a finalidade de impedir que os ingleses comprassem ou vendessem para algum país europeu. Portugal viu-se entre a "cruz e a espada" : se atendesse as exigências francesas corria o risco dos ingleses invadirem o Brasil, se ficasse do lado dos ingleses sofreria as represálias francesas. O príncipe regente D.João optou pelo lado inglês. E assinou com estes um acordo secreto com as seguintes condições:

a marinha inglesa protegeria os navios portugueses, com os nobres e o rei em segurança na viagem de fuga empreendida até o Brasil; em troca D. João comprometeu-se a abrir os portos brasileiros, para os navios ingleses. Ao chegar no Brasil em 1808, D. João assinou o decreto de abertura dos portos. Esse decreto significou o fim do pacto comercial, ou seja, o monopólio colonial acabou.

Em 1810, D. João firmou com a Inglaterra os tratados do comércio e da navegação, descritos desta maneira por Schmidt (1999:112), "eram escandalosamente a favor dos britânicos. Quando as mercadorias inglesas chegavam ao Brasil, tinham de pagar um imposto alfandegário sobre o seu valor de 15%, os portugueses pagavam 16%, e os estrangeiros 24%". Então, a marca principal da estrutura colonial foi extinta em 1808. O sistema de colonização empreendido por Portugal fora baseado na exploração das riquezas das colônias, como descreve o historiador Caio Prado Junior;

Na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio... (1994 :31).

O fim do monopólio comercial favoreceu o surgimento de uma elite composta por proprietários portugueses e brasileiros, enraizados nas terras brasileiras. Classe social esta que se estruturou com base no latifúndio, na mão de obra escrava e nas práticas comerciais capitalistas. A guerra na Europa terminou em 1815, com a derrota da França de Napoleão, porém as tropas inglesas permaneceram em terras lusitanas até 1820.

A revolução liberal do Porto, de 1820, exigiu a retirada das tropas inglesas, extinguiu o absolutismo, ao redigir uma constituição que o rei deveria

obedecer. Os revolucionários portugueses exigiram o retorno de D. João VI e o restabelecimento do pacto colonial, o que significaria o retorno do Brasil à condição de colônia. Em 1821, o rei foi obrigado a voltar a Portugal e deixou aqui seu filho o príncipe regente D. Pedro. As cortes portuguesas queriam acabar com as melhorias e os avanços obtidos pela sociedade brasileira durante o período que foi a sede do reino, e forçaram a volta de D. Pedro a Portugal.

O festejado 7 de setembro encontrou em decorrência desse período de transição econômica social, política e filosófica, iniciado na Europa, cenário perfeito para a encenação de seu ato no ano 1822. Os atores principais deste ato foram os comerciantes e proprietários de terra; portugueses e brasileiros representados pela figura de D. Pedro. Havia naquele período no Brasil, três partidos políticos: o partido português contrário à independência, que queria o retorno ao pacto colonial, autoritário; o partido brasileiro, que queria a independência e era autoritário; e o partido radical, favorável à independência, de tendência liberal. Quem saiu vitorioso desse embate? o partido brasileiro, representante da elite, que promoveu a independência sem a participação popular, como observa Schmidt (1999:122), "De preferência, independência para as elites, morte só para o povo".

O *Grito do Ipiranga* de 2006, nome dado a um movimento da atualidade brasileira, aparece na era da globalização e do triunfo absoluto do capitalismo. Na economia globalizada, as mercadorias podem ser fabricadas em todos os lugares, onde for mais barato produzi-las, e são vendidas em qualquer lugar, desde que os compradores tenham dinheiro para pagar por elas. Em suma, o mundo se tornou uma "aldeia global," um mercado comum que favorece o crescimento das

multinacionais. Hoje apenas dez multinacionais americanas que atuam em todo o planeta possuem mais dinheiro que vários países latino-americanos juntos.

O neoliberalismo, nova forma de capitalismo, preconiza que os homens devem ter total liberdade para investir sem a intervenção do estado. E nesse novo momento da história mundial reaparece na cena brasileira o enunciado *Grito do Ipiranga*. Mais uma vez, em momento de profundas mudanças econômicas, diferentes, no entanto, ao que ocorrera em 1822, pois no período atual não são as nações que determinam as regras econômicas e as relações entre os povos e sim as multinacionais.

O movimento denominado de *Grito do Ipiranga*, deflagrado por empresários do agro-negócio brasileiro em abril de 2006, teve como palco inicial a pequena cidade de Ipiranga do Norte, município localizado no norte mato-grossense, distante 428 quilômetros da capital Cuiabá. Originado por um processo de ocupação de terras em meados de 1992, por um grupo de famílias vindas do Rio Grande do Sul, que estavam acampadas em Nobres no médio norte do estado de Mato Grosso.

Em agosto de 1993, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) oficializou o assentamento de reforma agrária através da resolução nº 075, com o nome de Projeto Ipiranga, devido ao ponto de referência que era a fazenda Ipiranga. O projeto foi desenvolvido em duas etapas, a primeira composta por 148 lotes e a segunda por 201, com área média de 90 hectares cada, num total de 349 famílias. No período de 1996 a 2000, o Incra estendeu a área de assentamento, com a criação de parcelas médias (lotes) de 70 hectares e assentou 256 famílias, na maioria organizadas em associações de pequenos produtores rurais.

Em março de 2000, o Tribunal Regional Eleitoral (TER) comunicou por intermédio do ofício nº 58/00, a homologação do resultado favorável da consulta plebiscitária para a criação do município. A Lei 7.265 de 29 de março de 2000 oficializa a emancipação política e administrativa de Ipiranga do Norte, desmembrado do município de Tapurah e, em 30 de janeiro de 2002, pela lei 7.640, ocorre a definição dos limites e da área do município. Porém a primeira gestão administrativa teve início em 1º de janeiro de 2005.

Constituído por uma população predominantemente jovem e, estimada em 7.500 pessoas, oriundas das mais variadas regiões do país, Ipiranga do Norte, nascida de um assentamento rural, atualmente se caracteriza pela produção de grãos. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, a soja é cultivada em 200 mil hectares, o arroz em 15 mil, o milho em 45 mil hectares e ainda o sorgo e o milheto são plantados em escala menor.

Criado pelo processo de ocupação de terras e projetos de assentamentos de reforma agrária promovido pelo Incra, o município de Ipiranga do Norte deve sua instalação aos pequenos produtores e suas associações e, conseqüentemente, sua economia baseava-se na produção familiar, voltada ao atendimento das necessidades básicas das famílias e da comunidade da qual faziam parte, economia típica de subsistência. Entretanto, se levar em conta a primeira invasão de terras na região em 1992, e o ano de sua emancipação política em 2000 e também o ano de 2006, quando surgiu o movimento denominado "Grito do Ipiranga", apenas quatorze anos de história contava o jovem município, e sofreu profunda transformação: de um sistema de produção familiar destinado à subsistência; transforma-se em grande produtor de grãos destinados

ao mercado exterior, com a implantação de lavouras mecanizadas e baseado nos grandes latifúndios.

O *Grito do Ipiranga* de 2006 é uma clara alusão histórica e, sem dúvida encontrou no município de Ipiranga do Norte terreno propício para a retomada dos efeitos de sentidos do “Grito do Ipiranga de 1822,” pretendidos pelos idealizadores de tal movimento devidos a dois fatores que o compõem: a nomeação da cidade onde foi desencadeado o ato Ipiranga do Norte que remete geograficamente ao riacho do Ipiranga, local que a história oficial registra como palco do grito de D. Pedro; e ainda, por despontar como grande produtor de grãos destinados ao mercado exterior. Discursivamente o Ipiranga II, é um recorte da memória discursiva do Ipiranga I, porque foi instaurado a partir de uma cidade que tem o mesmo nome do riacho onde se deu o brado de D. Pedro.

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que passando para o anonimato, possa fazer sentido em “minhas palavras” (1999:34).

Assim, a escolha da cidade de Ipiranga do Norte para a instauração do movimento atual não foi realizada aleatoriamente e sim porque sua nomeação remete geograficamente ao riacho do Ipiranga, local do movimento de 1822, e ainda porque o estado de Mato Grosso é um dos maiores produtores de grãos destinados ao mercado externo.

O grito do Ipiranga foi idealizado pelos empresários do agronegócio brasileiro, com o objetivo de exigir do governo federal profundas mudanças nas políticas econômicas e agrícolas. Neste sentido, uma pauta com as principais

reivindicações da classe produtora de grãos para exportação foi elaborada e entregue ao ministro da agricultura, pecuária e abastecimento de então, sr. Roberto Rodrigues, para ser entregue ao atual presidente, Luis Inácio Lula da Silva.

Dentre as solicitações dos empresários e de suas associações, destacam-se a desvalorização do real, moeda corrente brasileira frente ao dólar, moeda norte-americana, que domina as operações de exportação de grãos, redução do preço do óleo diesel, renegociação de suas dívidas com os bancos, redução nas taxas de juros, alocação de recursos financeiros de bancos estatais para sustentação de preços e ampliação de linhas de crédito rural.

O bloqueio de rodovias federais, para o livre trânsito de grãos e insumos, foi a estratégia usada pelos idealizadores do *Grito do Ipiranga 2006* para sensibilizar o governo. A interdição das estradas objetivava criar condições para que suas exigências fossem atendidas de pronto pelo governo, ou seja, colocar o governo e sua equipe econômica “contra a parede,” pois, apesar de tratar-se de uma manifestação patrocinada por produtores ligados ao mercado externo, as chamadas “commodities.” A decisão de paralisar a circulação de produtos de origem agropecuária nas vias federais de todo o país trouxe prejuízo ao bolso do trabalhador em alguns casos, por que, dificultou o trânsito de produtos agrícolas destinados ao abastecimento do mercado interno, e gerou a sua escassez nos supermercados e, teve como consequência a majoração de seus preços.

As exigências do movimento *Grito do Ipiranga 2006*, foram divulgadas (vide anexo) pela imprensa brasileira em geral e pelas entidades representativas do setor do agronegócio pela internet, como pode ser visto na página da

Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (APROSOJA), do dia 11/05/2006, www.novamutun.mt.gov.br; das quais destacam-se as seguintes;

1. pacto de 180 dias com todos os credores do setor privado ou bancário;
2. refinanciamento de todas as dívidas oriundas de financiamentos que vençam até 31 de dezembro de 2006;
3. desoneração do óleo diesel;
4. garantia de preços mínimos;
5. criação de cambio para exportação.

O fato que despertou meu interesse em relação ao movimento empreendido pelos empresários do agronegócio brasileiro, diz respeito à questão da sua nomeação como *Grito do Ipiranga*, que retoma um acontecimento decisivo para a constituição de sentidos para o povo brasileiro, a enunciação da frase Independência ou Morte!, proferida por D. Pedro I, às margens do riacho do Ipiranga. E sob a ótica da Análise de Discurso, (articulada com a semântica do Acontecimento proposta Por Eduardo Guimarães) a minha proposta neste trabalho de pesquisa é tentar responder a seguinte indagação: quais os efeitos de sentidos produzidos pelo movimento que recebe o nome de *Grito do Ipiranga* em 2006, no Brasil ?

Ou seja, de que modo o epíteto que nomeia um fato histórico da atualidade, retoma os sentidos de outra enunciação fundadora, do início do XIX em relação ao sujeito que enuncia?

Análise dos Fatos.

O movimento dos empresários do agronegócio brasileiro em 2006, denominado *Grito do Ipiranga*, configura-se como a retomada dos sentidos do famoso e histórico berro de D. Pedro I ocorrido em setembro de 1822. Assim, o gesto de repetir tal enunciado materializa os sentidos discursivos colocados em jogo, ou seja, a garantia da sobrevivência da classe dos grandes proprietários de terra no Brasil.

Historicamente, o grito do príncipe regente português representa a fundação da pátria brasileira. Porém, no seu aspecto discursivo significa também a emergência do cidadão cívico brasileiro, pois, só pode existir um sujeito patriota comprometido com o seu país, em uma pátria livre, política, geográfica e economicamente.

Da leitura do material despertaram-me especial atenção os enunciados reivindicatórios utilizados pelos envolvidos em tal manifestação. De um lado, os empresários do agronegócio, e na outra ponta, cidadãos comuns da sociedade brasileira, os trabalhadores que compõem a classe mais baixa do extrato social brasileiro. Os enunciados escolhidos são os seguintes;

1. pacto de 180 dias com todos os credores do setor privado e as instituições bancárias privadas e publicas;
- 2.refinanciamento de todas as dívidas que vençam até 31 de dezembro de 2006;
3. desoneração do óleo diesel;
4. garantia de preços mínimos;
5. criação de cambio para exportação.

Estes segmentos discursivos fazem parte da pauta de reivindicações dos empresários do agronegócio brasileiro, entregue ao Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento Sr. Roberto Rodrigues, para ser repassada ao presidente Luis Inácio Lula da Silva.

O primeiro item desse segmento discursivo aparece como uma proposta de acordo entre devedores e credores, pois, o vocábulo "pacto" significa acordo ajuste entre as partes interessadas, porém, o que aí se vê é uma demonstração de força dos empresários do agronegócio. O segundo item tem o mesmo sentido porque impõe um acordo sobre dividas originárias de operações financeiras com vencimento até o final do ano de 2006.

O terceiro segmento é a reivindicação da liberação da cobrança de impostos que incidem sobre a principal fonte de energia usada pelos latifundiários no preparo do solo para o plantio dos grãos para o mercado exterior: o óleo diesel.

O quarto e o quinto segmento exigem do governo a criação de mecanismos especiais de negociação que protejam os lucros dos produtores de grãos, através da garantia de preços lucrativos para a comercialização de suas safras. Ou seja, os protejam dos riscos inerentes a toda atividade comercial ou industrial desenvolvida no mercado neoliberal.

A seguir esta análise terá como enfoque discursos produzidos pelos empresários do setor do agronegócio, através de sites de responsabilidade das

entidades representativas de seus interesses de jornais de circulação nacional. Como segundo material discursivo dos representantes do agro-negócio serão abordados trechos de fala do sr. Homero Pereira Alves, presidente da federação da agricultura do estado do Mato Grosso (Famato). (vide anexo)

6. Vamos debitar o que está acontecendo ao governo federal porque ele está prevaricando.

7. o ministro Roberto Rodrigues reconheceu que o movimento é legítimo e que não tem um comando único, surgiu das bases e cada um tem sua estratégia.

8. se for preciso levaremos este movimento até as eleições. se o governo não atender (...) causar constrangimento ao presidente da república que optou pelo sistema financeiro em detrimento da classe produtiva brasileira.

9. o importante é impedir que o produto chegue aos portos, pois, somente assim o governo vai perceber a importância da agricultura brasileira.

Estes segmentos discursivos operam com a ocultação dos interesses da classe dos grandes proprietários de terras no Brasil, ao jogar nas costas do governo a culpa da queda das cotações dos principais produtos agrícolas destinados ao mercado externo.

Ao afirmar que o governo através da política econômica, não cumpre com suas obrigações, ou seja, prevarica no desempenho de suas atribuições, os empresários do setor rural brasileiro transferem responsabilidades de sua exclusividade tais como: previsão de gastos, super oferta de determinados produtos agrícolas no mercado em decorrência da prática do plantio em grandes extensões de terras de uma única cultura, "monocultura."

O ato de atribuir ao movimento um caráter popular "surgiu das bases cada um tem sua estratégia" e por isso é legítimo, tem como função específica direcionar o sentido que é exclusivo de uma determinada classe social a toda a sociedade brasileira.

Prosseguir com as manifestações até o período eleitoral ,ou seja, “causar constrangimento ao presidente da república que optou pelo sistema financeiro em detrimento da classe produtiva,” caracteriza tal discurso como uma oposição ao governo do partido dos trabalhadores, de orientação socialista, representado pelo presidente “Lula.” Os efeitos de sentidos colocados por esse discurso, vão provocar o desgaste político da figura do presidente socialista, e contribuir para a vitória eleitoral de candidatos e partidos de orientação neoliberal.

A interdição das vias federais para o trânsito de produtos agrícolas, estratégia usada pelos representantes do agronegócio como forma de chamar atenção para a importância da agricultura brasileira de exportação significa dizer que o Brasil ainda continua preso a um sistema de colonização, ou seja, a produção em larga escala de produtos de origem tropical, destinados ao mercado externo, através dos monopólios de comercialização exercidos pelas multinacionais. O que equivale a dizer que os latifundiários brasileiros são meros representantes de tais empresas.

Do ponto de vista enunciativo o “Grito do Ipiranga de 2006” é o mesmo grito de D. Pedro em 1822, os latifundiários brasileiros, representados pelas suas entidades de classe na sociedade, e o efeito de sentido que aí se tem é a força dos grandes proprietários de terras no Brasil e a exclusão do povo brasileiro do processo histórico de Independência do País.

Discursivamente os sentidos colocados pelo gesto de nomear um movimento atual, com o mesmo nome de um acontecimento histórico do passado e, portanto de linguagem, são sustentados pelo já-dito, a memória discursiva como afirma Orlandi:

O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito se significa em uma situação discursiva dada. (1999:31)

Os sentidos postos pelo grito de D. Pedro no ano de 1822 é que são a base de sustentação dos efeitos de sentidos da manifestação dos empresários do agronegócio em 2006. Na historiografia oficial, temos que a frase pronunciada pelo príncipe D. Pedro significa independência para todos os brasileiros, no entanto, tal enunciado se revela instaurador da independência econômica e social da classe dos grandes proprietários de terras radicados no Brasil em 1822. E estes sentidos retornam agora na forma do pré-construído, ou seja, a independência econômica da classe dos grandes empresários do agronegócio brasileiro. E neste sentido, podemos perceber que o sujeito patriota constituído pelo enunciado Independência ou Morte! é antes construído por motivos econômicos e sociais que por amor cívico ao Brasil.

Com o intuito de explicitar a perspectiva enunciativa do povo brasileiro na ocasião do *Grito do Ipiranga* em 2006, essa análise vai a seguir enfocar alguns enunciados produzidos por pessoas comuns da sociedade, apagadas no percurso histórico de constituição de sentidos de Independência no Brasil. E que por conhecerem a relevância histórica do *Grito do Ipiranga* de 1822, apropriam-se da palavra para se oporem aos efeitos de sentidos propostos pelo movimento de 2006, acabam por ratificar tais sentidos. O primeiro recorte apresentado foi retirado de uma entrevista da secretária de meio ambiente da Amazônia, Muriel Saragoussi. (vide anexo).

- Nenhum deles vende agora a caminhonete que comprou um ano antes com o dinheiro da soja. Pelo contrário está pedindo aos bancos- que financiaram sua produção- para adiar o pagamento de suas dívidas.

Neste segmento discursivo percebe-se claramente a revolta dos brasileiros alijados dos processos de financiamentos das instituições bancárias, bancados em sua maioria pelo sistema público, ou seja, dinheiro do povo arrecadado pelo governo através de impostos, que são usados com o objetivo de perpetuar ao processo de sobrevivência elite de forma geral. Ou seja, porque os grandes proprietários de terras não vendem alguns de seus bens materiais para quitar dívidas, como é obrigado a fazer o cidadão comum.

Em seguida traremos para a leitura trechos de discursos do s.r. Gilberto Ávila, no site. www.bsafra.com.br, no dia 08/05/2006.

- o agro-negócio não coloca nenhum alimento na minha mesa ... apenas utiliza nossas terras em grandes extensões de monocultura, acabando com a fertilidade, poluindo os lençóis freáticos com agrotóxicos e expulsando trabalhadores rurais e pequenos agricultores do campo.
- Ai que dó do agro-negocio hein, que isso compas vamos pintar as caras defender os caiados e cia ltda, tadinhos tão quebrados.
- fodam-se as exportações.
- Pintar a cara só se for pra ser palhaço.

O agronegócio é voltado para o comércio exterior, e por isso, pratica a monocultura, polui nascentes de água, o lençol freático e expulsa do campo os pequenos agricultores, contribuindo assim para a concentração da renda do país nas mãos da minoria constituída pela elite rural brasileira.

Pintar as caras para defender os caiados tão quebrados significa, tem o sentido para a classe dos trabalhadores de se tornar palhaço no sentido pejorativo da palavra, ou seja, defender os interesses da elite rural representados pela figura do agropecuarista e deputado Ronaldo Caiado e seus companheiros.

Que se danem as exportações, para a classe mais baixa da população brasileira, a exportação dos produtos agrícolas brasileiros, significa o enriquecimento de pequena parcela da sociedade brasileira e, portanto só contribuem no sentido de aumentar a desigualdade social existente em nosso país.

De forma que a perspectiva enunciativa da classe que representa o extrato social mais baixo de nossa sociedade. É do povo destituído de poderio econômico e por isso aliados dos direitos de serem considerados brasileiros independentes.

Então, a perspectiva enunciativa do movimento de 2006, é o mesmo do movimento de 1822, Ocorrido há 184 anos, ou seja, dos grandes proprietários de terras radicados no Brasil. Isso equivale a dizer que independência proposta pelos dois movimentos tem o efeito de sentido de garantir a sobrevivência dos latifundiários brasileiros. No primeiro movimento em 1822, ratificado pela posição sócio histórica de D.Pedro I, e no movimento atual representado por entidades de classe que representam os interesses econômicos da elite rural do Brasil, ou seja, sua posição sócio histórica.

Então, comemorar as conquistas obtidas pela classe dos empresários do agronegócio no *Grito do Ipiranga* em 2006, significa festejar a vitória de tal classe social. De forma que a repetição do brado de D. Pedro I significa a vitória das oligarquias rural no Brasil , ou seja, a voz que grita no atual movimento é mesma voz da mesma classe social que gritava em 1822.

Os sentidos historicizados do Ipiranga são re-significados como originais hoje Por que todo acontecimento de linguagem instaura sua própria temporalidade: "o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há

acontecimento de linguagem, não há enunciação" (Guimarães,200:3). Ou seja, atribuir como inéditos os sentidos postos pelo grito do Ipiranga II, só é possível devido ao esquecimento ideológico, *que dá a ilusão de originarmos o que dizemos, quando retomamos sentidos pré-existentes.*

Portanto, após terem se passados 184 anos entre o Grito do Ipiranga de 1822 e o movimento atual batizado com o mesmo nome. As condições de produção destes acontecimentos de linguagem são distintos: no Ipiranga I, as relações econômicas eram menos complexas, porque o capitalismo estava em fase de implantação, e os governos exerciam forte controle sobre as atividades econômicas, determinando as metas a serem alcançadas nas atividades comerciais; No Ipiranga II, com a vitória do capitalismo através do neoliberalismo, são as chamadas multinacionais que dominam o mercado e que determinam as regras do mercado. Como pode ser visto na fala do S.r. Donizetti Beraldo chefe do Departamento de Assuntos Internacionais e Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). (Vide Anexo).

"a excessiva concentração das multinacionais no setor de soja no Brasil afeta a rentabilidade da produção (...) o produtor rural fica pressionado nas duas pontas, tanto no momento das vendas quanto no momento das compras (...) 84% das compras de soja no Brasil passam pelas transnacionais."

De maneira que as relações comerciais entre os dois movimentos são diversas no grito de 1822 os governo ditavam as regras econômicas de acordo com os interesses que julgavam essenciais para a nação; e no movimento atual somente os interesses das empresas multinacionais é que determinam as regras comerciais. Neste sentido o Ipiranga II re-significa um novo momento econômico

no qual os governos passam a exercer papel secundário nas relações comerciais, e as multinacionais assumem papel central nas relações econômicas.

Os efeitos de sentidos colocados pelo Grito de 1822 são históricos no sentido de que assumem no imaginário brasileiro estatuto de instaurador de pátria, e isso só é possível porque são legitimados pela elite rural do Brasil. Na história oficial José Bonifácio de Andrada e Silva é tido como “o patriarca da Independência”, mas seus atos no grito do Ipiranga de 1882 na verdade motivados por interesses puramente econômicos uma vez que representava os interesses dos grandes latifundiários brasileiros porque era filho de um grande plantador de algodão como relata Schmidt;

... Porém tudo para ele girava em torno dos interesses dos grandes proprietários, classe social a quem representava. É e isso que nós devemos pegar. Não o que significa José Bonifácio pessoalmente, como indivíduo, mas sim socialmente, como intelectual orgânico de sua classe.(1999:121).

No seu aspecto discursivo, o Ipiranga I, significa a sobrevivência dos grandes proprietários de terra no Brasil, e ao mesmo tempo exclui o povo brasileiro ao excluir da história e da constituição de sentidos de independência movimentos populares como a Cabanada no Pará, a Balaiada no Maranhão e a Sabinada na Bahia entre tantos movimentos surgidos do povo, e por isso, alijados do imaginário fundador do Brasil. E o movimento Ipiranga II, também exclui o povo porque defende a sobrevivência da elite rural do Brasil, através da renegociação de suas dívidas com os bancos estatais, o que garantiriam a sua supremacia sobre as camadas mais pobres da sociedade brasileira, que são na

the first of these is the fact that the
the second is the fact that the
the third is the fact that the
the fourth is the fact that the
the fifth is the fact that the
the sixth is the fact that the
the seventh is the fact that the
the eighth is the fact that the
the ninth is the fact that the
the tenth is the fact that the

the eleventh is the fact that the
the twelfth is the fact that the
the thirteenth is the fact that the
the fourteenth is the fact that the
the fifteenth is the fact that the

the sixteenth is the fact that the
the seventeenth is the fact that the
the eighteenth is the fact that the
the nineteenth is the fact that the
the twentieth is the fact that the
the twenty-first is the fact that the
the twenty-second is the fact that the
the twenty-third is the fact that the
the twenty-fourth is the fact that the
the twenty-fifth is the fact that the
the twenty-sixth is the fact that the
the twenty-seventh is the fact that the
the twenty-eighth is the fact that the
the twenty-ninth is the fact that the
the thirtieth is the fact that the

verdade quem financia os grandes produtores por meio do pagamento de impostos ao governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O gesto de repetir a nomeação do Ipiranga I, através da instauração do movimento Ipiranga II, tem como objetivo retomar os efeitos de sentidos postos pelo enunciado histórico *Independência ou Morte!*, ou seja, independência para uma parcela específica da sociedade brasileira, os grandes proprietários de terras estabelecidos no Brasil.

De forma que a retomada de tal nomeação se configura como a perpetuação de sentidos de independência postos pelo grito de D. Pedro I, sentidos estes que deixam marginalizados o povo, e consagram a elite rural brasileira como a responsável pela formação do Brasil como país independente politicamente, ou seja, somos uma nação livre graças ao patriotismo de tal classe representados na figura do príncipe regente do trono português e futuro Imperador do Brasil. E assim comemorar as vitórias políticas e econômicas alcançadas pelos empresários do agronegócio brasileiro na manifestação de 2006, significa a vitória da mesma classe que gritava em 1822, ou seja, os sentidos inaugurais postos em circulação pelo discurso fundador de nossa pátria continuam a circular e somente deixarão de fazê-lo quando outros sentidos os sobreponham.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995.

JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. LAGAZZI, Suzi. O Desafio de dizer não. Campinas, SP: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel. O Discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PILETTI, Nelson & José Jobson de A. Arruda. História Geral e História do Brasil. São Paulo, SP: Ática, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos, Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Cortez, 1990.

SCHMIDT, Mario Furley. Nova História Crítica do Brasil: 500 de história mal contada. São Paulo, SP: Nova Geração, 1999.

 Home

 Boletim Online Ager

Busca

OK Notícias



Institucional

Comissões Aprosoja

Noticias

Estatísticas

Artigos

Núcleos de Produtores

Sobre a Soja

Downloads

Banco de Imagens

Links

Parceiros

Webmail

Login

Senha

Entrar



Grito do Ipiranga mantém protestos em Mato Grosso

30/05/2006 00:00

Os produtores rurais de Mato Grosso realizam um calendário de manifestações em municípios envolvidos no movimento "Grito do Ipiranga" a partir desta semana. As ações aprovadas, por maioria absoluta, em 26 de maio, durante assembleia da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (Famato), em Cuiabá, são: protestos em escolas e faculdades, em parceria com outras entidades organizadas dos municípios (associações comerciais, rotary entre outras) para esclarecer a população sobre as reais consequências da agropecuária e reais consequências para a economia do Estado e do País. O movimento associado ao trancaço das rodovias em todos os municípios base do movimento, na terça-feira (30.05), das 6h às 18h. O trancaço, de 12 horas, terá continuidade na quarta-feira (31.05), enquanto as lideranças ruralistas do Estado participam de uma audiência convocada pela Comissão de Agricultura da Câmara Federal com o objetivo de discutir a questão econômica. Os produtores rurais cobram explicações detalhadas sobre o anúncio em 25 de maio pelo governo federal reiteram as reivindicações não atendidas. Na Capital Federal, os líderes do movimento de Mato Grosso e representantes de outros Estados onde os produtores também estão mobilizados.

O calendário inclui ainda a publicação de uma nota oficial em jornais, panfletagem, tratorações e atos públicos. A estratégia foi adotada diante da intransigência da produtora em relação às medidas do governo "O pacote é muito frustrante do ponto de vista do governo federal apregoava, que seriam medidas estruturantes. A mobilização é para pressionar o presidente da Famato, Homero Pereira, lembrando que a pressão política é necessária para a inclusão de itens da pauta de reivindicações que não foram contempladas no pacote. "Queremos esclarecimentos sobre a operacionalização de recursos como o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Também vamos cobrar a desoneração da política de controle e combate da ferrugem asiática e outros itens que podem prejudicar a produção", explica o presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), João Prado.

Confira uma avaliação das reivindicações e o que já foi atendido pelo governo

DEMANDA DO SETOR

- 1- Pacto de 180 dias com todos os credores, sejam eles empresas e/ou instituições financeiras dos setores privado e público.
- 2- Desoneração do óleo diesel.
- 3- Cumprimento da Política Agrícola prevista na legislação vigente
- 4- Alocação de recursos suficientes para sustentação de preços.
- 5- Apoio efetivo para a agricultura familiar.

ANÚNCIO DO GOVERNO

- 1-Extensão do prazo de até 180 dias para cobrança administrativa da dívida vencida nos bancos, desde que ainda não securitizada
- 2-Não atendido
- 3-Destinados R\$ 2,8 bilhões de recursos para comercialização e sustentação de preços.
- 4-Foram criados novos mecanismos de comercialização, como o PROP sendo destinado R\$ 1 bilhão já nesta safra.
- 5-Ampliação de recursos no Plano de Safra para a Agricultura Familiar, para R\$ 10 bilhões.

DEMANDA DO SETOR

- 6- Refinanciamento de todas as dívidas vencidas e vincendas oriundas de financiamentos desde a Safra 2004/2005.
- 7- Criação de um câmbio fixo de exportação de produtos agropecuários.
- 8- FAT GIRO RURAL, liberado diretamente ao produtor e cooperativas de crédito, com recursos a serem liberados pelas diversas instituições financeiras para a renegociação das dívidas com o setor privado.
- 9- Seguro rural.
- 10- Agilidade no registro dos genéricos e de novos produtos para agropecuária

ANÚNCIO DO GOVERNO

- 6-Refinanciadas das parcelas vencidas do PESA e da Securitização, com juros de 8,75% e prazo de 4 anos para pagamento.
- 7-Não atendido
- 8-Expansão da Linha de Crédito FAT Giro Rural para R\$ 4 bilhões e

ampliação do prazo de pagamento para até 5 anos, com até 2 anos de carência.

9-Ampliação do aporte de recursos para o Seguro Rural.No caso dos ger testes já realizados em produtos equivalentes anteriormente registrados.

10-Pendente.

DEMANDA DO SETOR

11- Declarar a Ferrugem Asiática e a Cigarrinha das Pastagens epidemias nacionais.

12- Crédito Rural Anunciado R\$ 60 bilhões no Plano Safra 2006-2007.

13- Liberação de recursos para a conclusão e manutenção de todas rodovias federais e estaduais utilizadas no escoamento da produção agrícola.

ANÚNCIO DO GOVERNO

11-Está em estudo a criação de um Plano de Emergencial para Controle da Ferrugem

12-Prioridade máxima à pavimentação da BR-163 até Santarém, no Pará. Autorização da pavimentação da Rodovia Nova Fro

13-Não atendido.

OUTRAS MEDIDAS ANUNCIADAS

Aumento dos limites de crédito por cultura, para custeio:

Soja: R\$ 300 mil

Redução da Taxa de Juros para Investimento

Mantidos os preços mínimo

AÇÕES EMERGENCIAIS

Prorrogação automática, por 4 anos, do custeio 2005/2006:

Primeira parcela com carência de 12 meses

Soja: 80% em MT

Arroz: 40%

Algodão: 30%

Milho: 20%

[cmi-goiania] CARAS PINTADAS , Agronegócio?

Gilberto Ávila [gilberto.avila em uol.com.br](mailto:gilberto.avila@uol.com.br)

Terça Maio 9 10:27:58 PDT 2006

- Mensagem anterior: [\[cmi-goiania\] CARAS PINTADAS , Agronegócio?](#)
- Próxima mensagem: [\[cmi-goiania\] CAIADO E CIA LTDA](#)
- Mensagens classificadas por: [\[date \]](#) [\[thread \]](#) [\[subject \]](#) [\[author \]](#)

Ai que dó do agronegócio hein, que isso compas vamos pintar as caras e ir lá defender os Caiados e CIA LTDA, tadinhos, tão quebrados.....

Faça me rir né.....

Engraçado a elite que sempre esteve acostumada a nadar de braçadas no campo e consequentemente no brasil, fazendo o que queria e o que não queria, negociando dívidas milionárias a dezenas de anos, matando camponeses, concentrando mais e mais a renda no campo. E agora, quando as mamatas começam a diminuir ela chia, e chia muito, esperneia. E mais, usa de todas suas armas para voltar ao poder, e poder mamar de novo. Mas a população não está tão fácil de se dominar não, essa crise mostrou toda a desfaçatez dos senhores políticos da reacionária "direita" brasileira, antes larápios de primeira ordem, hoje acusadores insuspeitos, ora, não me faça rir senhor Boa Safra.

Gilberto Ávila

----- Original Message -----

From: "Boa Safra" <[bsafra em inexamais.com.br](mailto:bsafra@inexamais.com.br)>

To: "``é``" <[sersi em riseup.net](mailto:sersi@riseup.net)>; "Coletivo-Goiânia do CMI-Brasil" <[cmi-goiania em lists.indymedia.org](mailto:cmi-goiania@lists.indymedia.org)>

Sent: Tuesday, May 09, 2006 9:32 AM

Subject: Re: [cmi-goiania]CARAS PINTADAS , Agronegócio?

----- Original Message -----

From: "``é``" <[sersi em riseup.net](mailto:sersi@riseup.net)>

To: "Boa Safra" <[bsafra em inexamais.com.br](mailto:bsafra@inexamais.com.br)>; "Coletivo-Goiânia do CMI-Brasil" <[cmi-goiania em lists.indymedia.org](mailto:cmi-goiania@lists.indymedia.org)>

Sent: Monday, May 08, 2006 8:22 AM

Subject: Re: [cmi-goiania] CARAS PINTADAS , Agronegócio?

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

>
>
>
>
>
>
>
>
>
>

> >
> >
> >
> >
> >
> >
> >
> >

Para o chefe do Departamento de Assuntos Internacionais e Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antonio Donizetti Beraldo, a "excessiva concentração" das multinacionais no setor de soja no Brasil afeta a rentabilidade da produção. Ele afirma que o produtor rural fica pressionado nas duas pontas, "tanto no momento da venda quanto no momento da compra", e garantiu que 84% das compras de soja no Brasil passam pelas "transnacionais".

O presidente da Associação Brasileira das Organizações não-Governamentais (Abong), Jorge Eduardo Durão, mostrou-se preocupado com o domínio dos estrangeiros em área "tão importante da nossa economia". Ele aconselhou que se apure, entre outras coisas, a razão de os maiores produtores de soja no estado do Mato Grosso serem empresas transnacionais.

De um modo geral, o negócio da soja no Brasil é dominado, nas diferentes fases do processo, por quatro tradings ou empresas multinacionais ou mesmo transnacionais, como são conhecidas. São as norte-americanas ADM e Cargill, a francesa Coimbra e a holandesa Bunge, esta há mais tempo no país, onde arrecada US\$ 2,5 bilhões do total de US\$ 8 bilhões que a soja movimenta no Brasil.

O secretário-geral da Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Fábio Trigueirinho, diverge dos que criticaram a concentração das multinacionais no setor de soja brasileira. Apesar de aceitar o fato, ele disse que as "gigantes da soja tornaram-se peça essencial para os produtores brasileiros".

Outro fato importante abordado na reportagem de hoje é o aumento dos custos e a baixa dos preços do grão no mercado internacional, tendência que vai se repetir neste ano, segundo o dirigente da CNA, Antonio Donizetti Beraldo. A questão também preocupa o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, Carlos Speroto. Ele culpa a super-oferta momentânea de soja, no mundo, pela atual crise existente no setor.

Até a secretária da Coordenação da Amazônia no Ministério do Meio Ambiente, Muriel Saragoussi, lembra que, no ano passado, "foi aquela propaganda imensa de façam soja, façam soja". Após perguntar o que aconteceu passada a colheita, ela completa: "Nenhum deles vende agora a caminhonete que comprou um ano antes com o dinheiro da soja. Pelo contrário, está pedindo aos bancos - que financiaram sua produção - para adiar o pagamento de suas dívidas.

Reivindicações do "Grito do Ipiranga"

Após reunião com produtores, na tarde de ontem (09.05), o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, foi direto ao gabinete do presidente da República entregar a pauta de reivindicações dos produtores.

Rodrigues agendou uma nova audiência com as lideranças para esta sexta-feira (12.05) quando apresentará as propostas do governo. De acordo com o presidente da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), Rui Prado, os produtores deixaram claro que não querem seja tomadas mais medidas paliativas. "Queremos que o governo tome atitudes que realmente resolvam os problemas da agropecuária", relatou.

Na próxima terça-feira (16.05), o presidente Lula se reúne com uma frente de doze governadores liderados pelo chefe do executivo do Estado, Blairo Maggi (PPS-MT). A comissão é formada por Estados que possuem a agropecuária como base da economia.

Reivindicações - A pauta específica dos produtores rurais de Mato Grosso pede um pacto de 180 dias com todos os credores, seja do setor privado ou bancário. Segundo as lideranças, neste período o segmento irá buscar um plano de refinanciamento dos débitos. Os produtores querem apoio efetivo para a agricultura familiar.

Em curto prazo, os produtores reivindicam que a ferrugem asiática seja considerada epidemia, e que haja maior agilidade no registro dos agroquímicos genéricos. A implementação de um seguro rural também é uma exigência da classe.

11/05/2006 - 08:36:37 Autoria : Aprosoja

www.novamutum.mt.gov.br

Homero Pereira diz que Grito do Ipiranga vai extrapolar fronteiras de MT

Data: 28/04/2006

Fonte: 24 Horas News

Local: Cuiabá - MT

Link: <http://www.24horasnews.com.br/>

Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Tapurah, Diamantino, Comodoro e Campo Novo do Parecis. Este foi o roteiro da viagem dos diretores da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) para acompanhar e garantir apoio ao movimento "Grito do Ipiranga". O presidente da Federação, Homero Alves Pereira e o diretor secretário da entidade, Valdir Correa, durante dois dias, percorreram os municípios do norte e médio norte do Estado. A mensagem é de resistência. Homero Pereira pediu para que os produtores mantenham-se articulados e mobilizados para que o movimento desencadeado no município de Ipiranga do Norte mantenha a dimensão nacional, que está acontecendo.

Por se tratar de um movimento legítimo, surgido da base do setor produtivo - com o apoio dos Sindicatos Rurais e da Famato - diversos segmentos da sociedade civil organizada estão ao lado dos produtores. Rotary, associação Industrial e Comercial, a Igreja, e o Sindicato de Trabalhadores Rurais são algumas das entidades que participaram, em Sorriso do ato público que contou com a participação de, aproximadamente, três mil pessoas na tarde de quarta-feira (26.04). Quase 500 caminhões estavam parados no acostamento. A concentração aconteceu às margens da BR 163 onde os manifestantes prometem permanecer por tempo indeterminado, até que o governo federal se sensibilize em relação aos sérios problemas enfrentados pela sociedade. Uma colheitadeira foi queimada como forma de protesto. Outras máquinas também foram incendiadas nos municípios de Lucas do Rio Verde e Tapurah onde o movimento também bloqueia a rodovia e impede a passagem de caminhões e carretas carregados com a produção.

Para Homero Pereira, o importante é impedir que o produto chegue aos portos pois, somente desta forma o governo vai perceber a importância da agricultura brasileira "O governo federal comemora os números das exportações mas se esquece que somos nós, produtores rurais, os responsáveis por isso. O governo comemora a queda da infração e os produtos baratos nas prateleiras dos supermercados mas se esquece que alguém está pagando por isso e esse alguém é a classe produtora que está entrando em colapso, sem condições de pagar suas contas e muito menos de plantar a próxima safra", afirmou Homero.

O fechamento e as manifestações nas agências bancárias, especialmente, as do Banco do Brasil, também faz parte da estratégia do movimento. Em Sinop (500 km ao norte da Capital) quatro agências foram fechadas temporariamente. Liminares concedidas pela Justiça Federal determinaram a reabertura dos bancos, mas os manifestantes permaneceram em frente às agências em plena manifestação. Três presidentes de sindicatos foram notificados, mas Homero Pereira lembrou que o movimento não é dos sindicatos, mas sim, da classe produtora, por isso, eles não deveriam ter sido citados. Ele orientou os sindicatos a ficarem atentos e colocou a assessoria Jurídica da Federação a disposição do movimento.

RESISTÊNCIA - Ao falar com os produtores em Nova Mutum (264 km de Cuiabá), Homero solicitou resistência dos produtores. "Se for preciso nós levaremos este movimento até as eleições. Se o governo não atender nossas reivindicações, uma coisa nós iremos conseguir: causar constrangimento ao presidente da República que optou pelo sistema financeiro em detrimento da classe produtiva brasileira" afirmou.

A previsão da Famato é de que o movimento "Grito do Ipiranga" extrapole as fronteiras do Estado e ganhe dimensões nacionais. Segundo Homero Pereira, produtores, sindicatos e federações de outros estados brasileiros mantiveram contatos com ele demonstrando apoio e interesse em aderir ao movimento.

Enquanto isso, pelo interior do Estado o movimento se espalha. Outros dois importantes municípios dão início as manifestações nesta sexta-feira (28.04): Alta Floresta e Campo Novo do Parecís, onde a partir do meio dia, cerca de 300 produtores irão interditar a MT 170. As mulheres realizam um panelaço na cidade, na semana que vem. O produtores da região sul, de Rondonópolis também aderem a partir da próxima semana.

Copyright © 2007 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.

"Grito do Ipiranga" terá seu ponto alto na tarde de hoje

Luis Fabio Marchioro - Redação Rádio Sorriso

Na tarde desta quarta-feira, o manifesto dos agricultores do estado do Mato Grosso, denominado "Grito do Ipiranga" deverá perceber seu momento máximo até aqui.

Com a confirmação da mídia em nível nacional fazendo a cobertura jornalística do protesto, os produtores rurais convidaram e foram



Em 2005, mais de 3 mil pessoas atenderam ao chamado dos agricultores

atendidos, quando então deverão contar com a presença de todos os segmentos da sociedade para um ato especial junto à rodovia BR-163, em Sorriso.

O prefeito municipal, Dilceu Rossato, decretou Ponto Facultativo a partir do meio-dia, e a Associação Comercial, juntamente com outras entidades já manifestaram o apoio ao movimento, chamando os comerciantes à comparecerem hoje a tarde no local da aglomeração.

Também foram convocados os produtores que ainda não participaram do manifesto, para ajudarem com mais máquinas agrícolas e material humano, no apoio à organização.

O "Grito do Ipiranga" teve início no município de Ipiranga do Norte, há uma semana, recebeu a adesão dos produtores da região, e está recebendo apoio e ingresso à cada momento. "Neste instante são muitos os pontos de manifestação e bloqueio de rodovias em todo o estado e até fora dele", declarou Argino Bedin, um dos líderes do protesto.

Os produtores rurais estão barrando a saída de produtos agrícolas dos municípios, ou seja, cargas com grãos,

máquinas e peças agrícolas não passam no bloqueio em vários municípios. Em certos momentos há também uma paralisação geral, a fim de sensibilizar os transeuntes quanto a importância do apoio de todos ao movimento, pois, no estado do Mato Grosso pode até haver intenção de mudança da fonte da economia, mas hoje, é essencialmente agrícola, e "se a agricultura vai mal, todos neste estado vão mal", disse Bedin.

A manifestação não tem dia para terminar. Segundo os produtores, só pararão no momento em que perceberem suas reivindicações atendidas